
Em nome do padre, do jornal e do golpe: a intriga de 1964 em *O Arquidiocesano*¹

Juçara BRITTES²

Marcelo SENA³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

RESUMO

Relato de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, que analisa a comunicação narrativa percebida a partir de publicações anticomunistas do jornal *O Arquidiocesano* durante a década de 1960. Para isso, é trabalhada a tessitura da intriga proposta por Paul Ricoeur (2012) tanto para compreender o conceito de narrativa quanto para desenvolver a arquitetura da análise. Nos textos do jornal, são buscadas as estratégias de referenciação temporal e espacial, a partir da ideia de dêixis discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa, jornalismo, golpe de 1964, Igreja Católica, Arquidiocese de Mariana.

INTRODUÇÃO

Em abril de 1964, o golpe civil-militar que depôs o então presidente da República, João Goulart (Jango), simboliza o início de uma ditadura que duraria vinte e um anos no Brasil. Ainda que parte dos pensadores e professores de história tenham convencido denominar esse marco como “golpe militar de 1964”, a participação de setores da sociedade civil — como empresários, políticos, religiosos e representantes da imprensa, por exemplo — contribui para o surgimento de outras formas de interpretação dos acontecimentos relacionados ao golpe.

Entre esses autores, citamos o historiador Carlos Fico. Em *Além do Golpe* (FICO, 2004), apresenta as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em 1964 e renomeadas, após a tomada de poder, como “Marchas da Vitória”. As passeatas eram organizadas por empresários e membros de posições de destaque da hierarquia da

1 Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Doutora em Comunicação e pesquisadora do PPGCOM/UFOP: e-mail: jubrittes@gmail.com.

3 Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM/UFOP: e-mail: senamarcelo2014@gmail.com

Igreja Católica no Brasil. O objetivo dos eventos era defender o país de uma ameaça comunista que supostamente se aproximava por meio da gestão de Jango.

Fico aponta que, entre os dias 19 de março e 08 de junho de 1964, foram realizadas cinquenta e uma marchas em nove estados brasileiros e no Distrito Federal. O autor também reproduz uma matéria do jornal O Globo, de 28 de março de 1964, cujo título era: “Na Marcha da Família o carioca expressará o seu repúdio ao comunismo”. A marcha do Rio de Janeiro teria reunido aproximadamente quinhentas mil pessoas.

Contribuições como as de Carlos Fico possibilitam que o golpe de 1964 seja observado em uma outra perspectiva histórica, ao pensarmos em sua perspectiva civil-militar. Ao constatarmos, por exemplo, a participação de veículos de comunicação no clima que culmina na deposição de João Goulart, abrimos espaço para compreender as operações discursivas utilizadas por esses jornais para legitimar a interrupção abrupta do mandato presidencial. Do mesmo modo, quando percebemos setores influentes da Igreja Católica convocando seus fiéis a marcharem em defesa da família e contra o comunismo e, depois, em comemoração à “vitória” dos golpistas, permite uma revisão dos registros históricos, por meio da análise dos rastros e vestígios oriundos da narrativa presente em seus comunicados oficiais.

A utilização dos exemplos acima não é vã. Justamente da congruência entre aspectos jornalísticos e religiosos do movimento pró-golpe surge o objeto desta pesquisa: *as publicações anticomunistas do jornal O Arquidiocesano — Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana*.⁴ Assim, olhamos para o discurso anticomunista que se propaga por meio da construção narrativa de um jornal católico do interior de Minas Gerais no início dos anos 1960.

Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, reservamos o espaço subsequente para experimentar nossas propostas de análise, uma vez que a robustez que buscamos impede que toda a pesquisa seja apresentada em forma de artigo. Por isso, elencamos alguns aspectos que ilustram cada uma das partes propostas para a composição do trabalho.

Desde o título deste artigo, deixamos rastros quanto ao conceito de narrativa que aplicamos aqui. Quando falamos em “*intriga* de 1964”, ancoramos nossa análise na

⁴ Fundado em 29 de junho de 1959 pelo então Arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, o jornal era veiculado semanalmente e poderia ser adquirido por meio de assinaturas mensais ou vendas avulsas. As assinaturas eram oriundas de dezenas de cidades que compunham a Arquidiocese de Mariana, como Viçosa, Barbacena, Ouro Preto, Raul Soares, entre outras. A partir da edição 59, de 30 de outubro de 1960, o jornal anuncia a marca alcançada de seis mil tiragens por edição.

composição da lógica narrativa proposta por Paul Ricoeur, nos três tomos de sua obra “Tempo e Narrativa” (RICOEUR, 2012): “Tomo I: A intriga e a narrativa histórica; Tomo II: A configuração do tempo na narrativa de ficção; e Tomo III: O tempo narrado”. Para Ricoeur, a narrativa é uma instância de mediação simbólica entre o mundo experimentado pelo narrador e o mundo a ser ressignificado pelo leitor. Essa mediação dá-se por meio de uma intriga.

Portanto, a intriga ricoeuriana é uma representação da experiência humana articulada pela linguagem, composta a partir de uma mimeses tripla. Nesse sentido, o texto (mimeses II) é uma unidade mediadora entre o mundo prefigurado (mimeses I) e o mundo refigurado pelo leitor (mimeses III). O narrador representa o compositor da intriga e depende da interpretação do leitor para atingir o sentido buscado. Por essa perspectiva, há uma valorização da intencionalidade discursiva (“o quê”) sobre o ritmo ou o gênero textual. Não que os caracteres não sejam importantes, entretanto, eles são subordinados à ação — ou às escolhas — do autor da intriga.

O filósofo francês extrai as características da intriga da Poética de Aristóteles, que entende a “tragédia” como uma mediação entre o mundo do compositor e o mundo do leitor, ou entre o “antes e o depois da configuração” (RICOEUR, 2012, p. 112) Já as aporias, ou preocupações, que envolvem a ação humana e o tempo são reflexões que Ricoeur faz a partir das “Confissões do Tempo” de Santo Agostinho. Em Santo Agostinho, temos a ideia da não existência de um tempo passado, um tempo futuro e um tempo presente. Há, portanto, um “triplo presente, um presente das coisas passadas, um presente das coisas futuras e um presente das coisas presentes” (RICOEUR, 2012, p. 106).

O presente ganha vida e alonga-se (Kosseleck apud Ricoeur, 2012, p. 352). É um presente histórico, vivenciado em uma lógica de contemporaneidade, na qual os seres compartilham suas experiências temporais. Nesse presente, os indivíduos acionam suas memórias e projetam suas expectativas. Como o tempo só se torna humano à medida que é narrado, algumas expressões linguísticas atuam como referenciais que inscrevem as narrativas em determinadas temporalidades, como os termos “agora”, “neste instante” e as conjugações verbais no pretérito e no futuro, por exemplo.

É o que Dominique Mainganeau (2001) chama de “dêixis discursiva” e nos ajuda a compreender o lugar em que são tecidos os efeitos de sentido de um discurso. O autor fala em uma “cenografia de uma formação discursiva”, na qual a dêixis discursiva

utiliza os elementos linguísticos espaciais e temporais para inscrever a formação discursiva em uma estrutura simbólica anterior que lhe confere legibilidade. Essa estrutura é representada pelo autor como uma dêixis fundadora.

Para Ricoeur, a utilização dessas expressões está subordinada à mediação simbólica promovida pela narrativa. Nas palavras do autor, “o que importa é a maneira como a práxis cotidiana *ordena* um com relação ao outro o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente” (RICOEUR, 2012, p. 106). Essa articulação prática é vista como o “mais elementar indutor de narrativa”.

Assim, “dentro do tempo”, as narrativas mediam simbolicamente o mundo do narrador, prefigurado à construção do texto, e o mundo do leitor, refigurado a partir da leitura. Pensadas como narrativas históricas, portanto, as narrativas jornalísticas podem revelar aspectos do presente histórico no qual estão inseridas as condições de produção de determinado enunciado.

Isso não se dá por acreditarmos que as narrativas dos jornais sejam necessariamente verdadeiras mas, sim, pela “promessa” ou intenção de verdade que essa narrativa se propõe. Por isso, buscamos as intencionalidades discursivas que fundamentam os textos. Do mesmo modo, ao defendermos *a narrativa do golpe civil-militar de 1964 no jornal O Arquidiocesano* como um expoente na preservação da memória de Mariana, do golpe e do jornalismo no Brasil, fazemos um acionamento dessa memória no presente, calcados em uma narratividade que se pretende fazer-se crível e científica, ainda que atravessada pelas condições de produção dos nossos enunciados.

A primeira parte da pesquisa é destinada ao mundo prefigurado da criação das publicações anticomunistas do jornal. Recorremos a uma abordagem sobre o pensamento anticomunista existente no período para este artigo. Também analisaremos o contexto de fundação da Arquidiocese de Mariana e as características da mídia impressa brasileira da década de 1960 em fases mais avançadas da pesquisa.

Na segunda parte do trabalho, concentramo-nos nos textos do jornal para compreender a mimesis II proposta por Ricoeur. Assim, vamos em busca dos dêiticos temporais e espaciais do conteúdo analisado. Neste artigo, apresentamos uma análise de um trecho da matéria: “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a ameaça comunista”, publicada em 19 de abril de 1964.

A terceira e última parte dessa pesquisa é destinada à refiguração que fazemos diante do material analisado. Corresponde às interpretações feitas e um olhar sobre o lugar de produção da pesquisa. Neste artigo, deixamos apenas alguns lampejos dessa refiguração.

O golpe de 1964 e o anticomunismo no Brasil. A década de 1960 é estudada como um período de tensões políticas e sociais no Brasil e no mundo. No Brasil, as turbulências no espectro político são marcadas por eventos como a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, em 1961 e o golpe civil-militar que depôs o presidente em exercício — João Goulart, eleito vice de Jânio — em 1964. Também é o período de surgimento dos atos institucionais (AI) dos governos militares, que representavam um endurecimento da ditadura à qual o país esteve submetido por vinte e um anos (1964-1985).

No plano da política internacional, o imaginário da Guerra Fria era o constructo social que polarizava o planeta entre capitalistas, liderados pelos Estados Unidos e comunistas, representados pelos países que compunham a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Noam Chomsky (CHOMSKY, 1996) aponta para os interesses políticos e econômicos norte-americanos na idealização de uma ameaça global de dominação soviética, com o objetivo de legitimar intervenções dos Estados Unidos em outros países. O autor afirma que os EUA buscavam ocupar o lugar das antigas potências europeias, devastadas pela Segunda Guerra Mundial, além de impedir que blocos independentes ameaçassem a hegemonia econômica e política norte-americana almejada no pós-guerra. Enquanto na Europa e na Ásia o foco da política externa estadunidense estava nos lucros financeiros e diplomáticos da reconstrução dos territórios afetados pela guerra, na América Latina a dominação política e militar é justificada como medida necessária para conter um avanço soviético na região.

No final dos anos 1940 e início de 1950, um alinhamento à política norte-americana acontece nos governos da Argentina, Chile, México, Uruguai e Brasil. O governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) “indubitavelmente se alinha aos Estados Unidos e acompanha o voto dos norte-americanos nas reuniões da ONU” (BIAGI, 2007, p. 238).

A Revolução Cubana de 1959 liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara contribuiu para acirrar o ataque ideológico ao inimigo comunista nos demais

países latino-americanos. Foi a primeira revolução popular contrária aos Estados Unidos que logrou êxito. O ditador Fulgêncio Batista, que mantinha Cuba como um grande cassino dos EUA, foi deposto e a ilha passa a ser governada pelo comando revolucionário e nacionalista de Castro. A ilha torna-se, portanto, uma nação comunista a menos de 100 km da costa norte-americana.

Embora não fosse um regime comunista inicialmente, as divergências da ilha com o governo norte-americano fizeram com que a única alternativa restante fosse a aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (BIAGI, 2007, p. 238)

Jânio Quadros (PTN) toma posse como Presidente da República em 31 de janeiro de 1961 e renuncia pouco mais de seis meses depois, em 25 de agosto do mesmo ano. Sua campanha tinha como símbolo uma vassoura, com a qual o candidato prometia varrer a corrupção da política. Sem ter uma agenda política definida, Jânio focava em si próprio a estratégia de campanha. Para Carla Darlem Silva dos Reis:

O investimento feito através das propagandas auxiliou na vitória de Jânio Quadros, que já era visto pela população como um líder carismático, devido as medidas populares por ele tomadas ao ser vereador (1948), deputado estadual (1950), prefeito (1953), governador (1955), todos os cargos ocupados em São Paulo capital e Estado. Através das propagandas Jânio Quadros conseguiu fazer com que grande parte da população ficasse ao seu lado, mostrando-se como um aliado do povo e como a esperança para o fim da corrupção, colocando-se como o salvador da nação naquele momento. (Silva dos Reis, 2016, p. 57)

Em 1960, a votação para presidente e vice-presidente ocorria de forma separada, o que possibilitava a eleição de chapas diferentes para os dois cargos. Assim, enquanto Jânio fora eleito presidente pelo PTN, com o apoio do governador da Guanabara Carlos Lacerda (UDN); o vice-presidente eleito foi João Goulart (Jango) do PTB. Lacerda era contrário às ideias varguistas e Jango era herdeiro político de Getúlio.

Ao assumir o poder, a política externa praticada pelo governo Jânio Quadros surpreendeu os movimentos conservadores que o apoiavam. O país não se alinharia mais automaticamente aos Estados Unidos e “dessa maneira o Itamaraty buscou os países que fossem do interesse do Brasil, quer fossem de regimes comunistas, quer não” (SILVA DOS REIS, 2016, p. 59).

Entre as decisões do presidente, a de maior repercussão nos jornais da época foi a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, uma das

maiores honrarias concedidas pelo Estado brasileiro. As atitudes como essa abriram caminho para que Lacerda “iniciasse um verdadeiro ataque midiático ao presidente, ao pressioná-lo diante dos programas televisivos, radiofônicos e das declarações na mídia impressa” (SILVA DOS REIS, 2016, p. 58).

Em 24 de agosto de 1961, véspera da renúncia de Jânio Quadros, Carlos Lacerda declara na coluna *Coisas da Política* — na edição vespertina do Jornal do Brasil — que “a política externa do país é apoiada apenas por comunistas”. A tensão política escancara, portanto, como a polarização oriunda da Guerra Fria entranhava-se na política brasileira. Às dez horas do dia 25 de agosto, o presidente Jânio Quadros entrega sua carta renúncia ao Congresso Nacional.

O vice-presidente João Goulart, no entanto, sofria resistência de militares e setores conservadores da sociedade brasileira para assumir o cargo. Na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, Jango estava em viagem diplomática à China (socialista desde a Revolução de 1949) e foi vítima de tentativas de boicote à sua posse. Aproveitando sua ausência, foi proposta uma junta militar para comandar o país.

Alegando garantir a ordem, foi formada uma junta militar com os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica. Renato Mazzilli, o presidente do Congresso Nacional, tornava-se o presidente, mas a Junta Militar era quem dava as ordens no país. O Ministro da Guerra, Odílio Denys, queria garantir que Jango não tomasse posse a qualquer custo. (Silva dos Reis, 2016, p. 59)

A polarização incentivada pelos Estados Unidos fazia com que o apoio tido por João Goulart dos movimentos trabalhistas e seu interesse no comércio exterior com países não-capitalistas fossem vistos como ideias comunistas do futuro presidente do Brasil. Nesse contexto, Silva dos Reis (p. 59) cita telegramas enviados à Casa Branca pelo Marechal Odílio Denys nos quais o Ministro da Guerra compara João Goulart a Fidel Castro e temia que o Brasil se tornasse uma nova Cuba.

A maioria dos jornais criava uma dicotomia entre comunismo e democracia para fomentar um discurso inviável à posse de Jango. Silva dos Reis aponta que a mídia ajudou a criar a imagem do Exército Brasileiro como instituição capaz de restaurar a ordem social no país.

Os meios de comunicação, nesse momento, exerceram uma influência deveras significativa, pois tanto empreenderam uma ação violenta contra a posse de João Goulart, quanto fortaleceram a imagem do Exército como o símbolo capaz de reerguer a ordem social. A ideia dominante na imprensa era a de convergência com o Marechal Odílio Denys, pois pensavam Goulart

como um governante de esquerda e porta-voz de uma comunização brasileira. Dessa maneira, suas capas eram estampadas de matérias contrárias à posse de Goulart. Mas, acompanhando uma tendência mundial, aqui também houve a polarização e alguns jornais tornaram-se favoráveis à volta do líder. Silva dos Reis, 2016, p. 59)

Jango tinha Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, como um de seus principais apoiadores. Em seus discursos, Brizola era incisivo quanto aos interesses estadunidenses na política econômica brasileira. É lançada a “Rede da Legalidade”, que defendia o cumprimento da Constituição e o empossamento de João Goulart como presidente.

O ápice da tensão dá-se quando Brizola se entrincheira com parte do exército do Rio Grande do Sul no Palácio Piratini (sede do governo gaúcho) e convida a população a pegar em armas, se preciso fosse, para defender a posse de Jango. Nesse período, começam a chegar voluntários de várias partes do país para compor o “Exército da Legalidade”.

Nos porões do Palácio é improvisada uma emissora de rádio pela qual os discursos do governador do Rio Grande do Sul eram transmitidos. Isso replicava-se pelas emissoras do estado e, posteriormente, por outros veículos do país. Para Silva dos Reis (2016, p. 61), é certo “que sem o poder da mídia falada no Rio Grande do Sul, que se alastrou por quase todo país, João Goulart não conseguiria tomar posse.”

Assim, o levante popular que se inicia no sul do país ganha proporções nacionais e ajuda a garantir a posse de Jango. No campo midiático, a posse pode ser considerada uma vitória da mídia radiofônica gaúcha sobre os veículos conservadores de mídia impressa do restante do Brasil na batalha discursiva que se travava sobre o assunto.

João Goulart assume a Presidência da República em setembro de 1961 em meio a muita desconfiança por parte de alguns setores da sociedade brasileira. A condição para que Jango assumisse a presidência era a instauração de um regime parlamentarista no país. Os quase três anos de mandato à frente viriam com uma intensa criação de sua imagem alinhada à ameaça comunista pelos jornais brasileiros.

Críticas públicas eram feitas por políticos, militares, personalidades, empresários e religiosos às reformas propostas pelo governo e a instabilidade social e econômica ajudavam a compor o tecido social que culmina no golpe civil-militar de abril de 1964.

Como presidente, João Goulart atuou, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: o partido da União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, setores da classe média, como mulheres, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (DELGADO, 2016, p. 177)

Em 1963, no entanto, é realizado o plebiscito em que discutia a questão presidencial. A dicotomia era desenhada entre presidencialismo x parlamentarismo. O presidencialismo vence e Jango recebe maiores poderes enquanto presidente. Assim, são iniciadas as reformas de base anunciadas pelo Governo. A reforma agrária era tida como a mais impactante, haja vista a situação da população brasileira, em sua maioria residente de áreas rurais.

Falar em reforma agrária no contexto do início dos anos 1960, como vimos acima, é reconhecer o ônus que isso traria na relação diplomática com os Estados Unidos. Internamente, o que se apresentava era uma crise econômica, política e social, atravessada por uma construção de um imaginário polarizado entre comunistas e capitalistas.

De olho no texto. A primeira publicação anticomunista do jornal O Arquidiocesano está presente na edição 04, de 06 de setembro de 1959. O título da matéria é “Comunismo em 3 tempos”. Sem explicitar a sua autoria, o texto é iniciado pelo seguinte parágrafo:

Razão tem o Papa de continuar alertando o mundo em face do perigo comunista. A possibilidade de mais frequente comunicação entre o mundo ocidental e os países comunistas, certas táticas usadas ultimamente pelos dirigentes soviéticos para captar a simpatia das nações livres, tornam mesmo mais necessárias as advertências pontificias.
(O Arquidiocesano, ano 01, edição 04, 06 de setembro de 1959)

A empreitada anticomunista do jornal se intensifica na primeira metade da década de 1960 e podem ser percebidas diferentes gêneros textuais que se enquadram nessa categoria: manchetes, editoriais, notas de rodapé, chapéus, matérias e charges. Em 07 de outubro de 1962, por exemplo, o jornal publica uma lista de candidatos aprovados pela Aliança Eleitoral pela Família (AEF), que não estariam alinhados aos ideais

comunistas, para os cargos de governador, senadores, deputados estaduais e federais. As eleições ocorreram no mesmo dia.

Em 1964, o jornal apresenta uma crescente no número de publicações anticomunistas até o mês de abril. Interessa-nos essa curva estatística pois ela pode sugerir um aumento da tensão político-social nos meses que antecedem o golpe. Mais que isso, a nossa hipótese é de que a tomada de poder em 1 de abril é narrada como o evento pacificador dessa tensão, pelo qual o Brasil teria se livrado da ameaça comunista. Assim, é publicada na página 2 da edição de 19 de abril de 1964, a manchete **“Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista”**⁵.

A matéria de 19 de abril de 1964 narra, em tom de festa e alívio, como foram os acontecimentos do início do mês. De modo geral, é interessante perceber que o texto apresenta situações e personagens de forças religiosas, políticas e civis no golpe, ainda que mais tarde tenha-se convencido a denominá-lo como “golpe militar de 1964”.

Para este artigo, separamos algumas marcas linguísticas que revelam artifícios de referenciação temporais e espaciais percebidos no texto, além de elencar as personagens que aparecem. O caráter totalizante e apaziguador presentes no título, no chapéu e no subtítulo são os primeiros pontos da análise:

Nova Lepanto, Incruenta, Salva o Continente Americano
Brasil, de Rosário na mão, derrotou a invasão comunista
Rio (NCB) - Uma vitória, sem sangue, de alcance continental, foi o que, com
a arma pacífica do Rosário na mão, alcançou a alma católica do Brasil.

Nesse caso, fica evidente o interesse narrativo em posicionar o golpe como algo consolidado, definitivo e pacífico, no qual o Brasil (católico) é posto como o guardião de toda a América Latina de uma suposta ameaça comunista prestes a se instaurar no continente. Do trecho citado, dois verbos ganham particular destaque: *derrotou* e *alcançou*. Ambos, vindos no início do texto, dão o tom de acontecimento póstumo, finito em si próprio.

O trecho subsequente destaca-se pelo surgimento das três primeiras personagens da história contada na matéria: Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro; Carlos Lacerda, governador da Guanabara; e Adhemar de Barros, governador de São Paulo.

⁵ Foto da página em anexo.

<<O Brasil, que é e será sempre cristão, repele e repelirá sempre o comunismo ateu e materialista>>, declarou para NC, do seu leito de hospital, em plena crise político-militar, S. Em, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro. Na véspera da Marcha da Família com Deus pela Liberdade fôra ouvida uma só vez e em seguida proibida pela censura a sua palavra animadora. Exaltava o Rosário, que estivera — disse — na mão dos combatentes da guerra do Paraguai e sustentaria sempre os brasileiros, não faltando agora, <<o Têrço, valorizando a coragem!>>

ÚNICO NO MUNDO: <O Brasil é o único exemplo, é o único País no mundo que, enfrentando a Rússia, vencedora sempre sem guerra, derrotou-a sem guerra, <<declarou o Gov. Carlos Lacerda, da Guanabara, na primeira entrevista após a Libertação. E acrescentou comovido: "Deus não perdeu sua carteira de cidadania brasileira">>.

"Fomos apenas instrumentos da Providência Divina, disse, por sua vez, o Gov. Adhemar de Barros, de São Paulo; <<a vitória foi de Deus">>.

O adiantar das aspas e a escolha do arcebispo do Rio de Janeiro como primeira personagem indicam aspectos hierárquicos dessa construção narrativa. Sobretudo após a descoberta do local de origem do texto. As situações de produção interferem na construção dos enunciados e partimos disso para tentar compreendê-lo. Da fala do arcebispo, destacamos os termos “*é e sempre será*” e “*repele e sempre repelirá*”, como marcas temporais que auxiliam no efeito totalizante que todo o texto busca provocar.

Ressaltamos também a referência espacial utilizada sobre o local onde estava o arcebispo ao proferir seus dizeres: “*do seu leito de hospital, em plena crise político-militar*”. Ou seja, a situação era tão crítica e perigosa a ponto de um homem religioso (não político, nem militar) da importância do arcebispo ser obrigado a se manifestar, ainda que enfermo.

O papel dos outros personagens nesse trecho é o de aproximar as instâncias políticas dos argumentos religiosos utilizados para legitimar o golpe. Enquanto Carlos Lacerda afirma que “Deus não perdeu sua carteira de cidadania brasileira”, a fala de Adhemar de Barros é mais direta ao concluir que a “vitória foi de Deus”. Vale destaque ainda, a posição adotada pelo jornal ao citar a entrevista de Lacerda como a “primeira após a Libertação”. Novamente, a intenção de apaziguamento pode ser percebida e, para tal, conta com o auxílio de referenciais temporais (*primeira e após*).

No intertítulo “A VITÓRIA”, a tomada de poder em 1º de abril de 1964 é tida como uma “vitória de Deus, da Igreja, do Brasil, do Continente Americano e do

Mundo Cristão”. Na sequência, o jornal elenca os principais personagens do acontecimento, denominados no texto como os “vanguardeiros”.

Além do já citado Dom Jaime Câmara (novamente citado à frente), o jornal indica outros cinco arcebispos: Dom Augusto, da Bahia; Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre e Dom Oscar de Oliveira, arcebispo de Mariana. Novamente, o nome do governador Carlos Lacerda aparece como personagem. Agora, ele aparece como alguém que “desfraldou *há anos* a bandeira de Resistência ao Comunismo”.

Sua participação nessa parte da estória também é tomada por referências espaciais e temporais. De início, a personagem é posta como alguém que está *há anos* na luta contra a ameaça comunista, em “*cidade* sitiada pelo govêrno federal”. Enquanto na primeira marcação, temos uma referenciação temporal capaz de proferir experiência à personagem; os subtextos encontrados até agora são capazes de revelar que a cidade em questão é o Rio de Janeiro e que o Governo Federal estava subvertido às práticas do comunismo.

A participação do governador nessa argumentação narrativa torna-se mais aguda com um outro jogo de referenciações, agora focado em acontecimentos mais próximos à data da publicação. É o que pode ser percebido com o encontro do termo “*recentemente*” e ao elencar, uma a uma, as datas e locais das visitas do governador da Guanabara aos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Sobre Minas, o jornal aponta ainda a importância do estado no dia 31 de março, pois foi “*donde* partiu o brado da Revolta”.

De início, já há a relação com as comemorações católicas da Semana Santa. Enquanto nas quinta e sexta-feira santas, a ameaça comunista havia “espalhado nos quartéis, nas escolas, nas fábricas a semente do ódio”, o domingo haveria de ser da “Páscoa da Ressurreição”. E não haveria outro lugar, senão “do reduto mais fiel às tradições cristãs brasileiras: Minas Gerais”.

Aparece nesse trecho, também, a primeira personagem negativa da estória: o ex-presidente João Goulart. Para isso, é citado o comício *do dia 13*, no qual Jango teria ofendido “a mulher brasileira, os brios católicos” ao “zombar da arma dos mansos, o terço”. Aqui, o jornal utiliza de mais um estratagema de referenciação, ao justificar a tradição católica do terço como algo que “*herdamos* dos nossos *antepassados* e *legaremos* aos nossos *descendentes*”.

Refiguração. Pensar o tempo como nos propõe Paul Ricoeur faz com que circunscrevamos nossa análise em, pelo menos, duas temporalidades: a) na primeira buscamos os rastros de um mundo capaz de permitir as intencionalidades discursivas que se materializam nos textos publicados no jornal, no contexto do golpe civil-militar de 1964; b) ao fazermos esse movimento, contribuímos para reconstruir a memória coletiva do golpe, a partir de uma representação narrativa que se configura em 2019.

Nesta parte do trabalho, portanto, focamos nos acionamentos que fazemos à memória do golpe, a partir do que interpretamos sobre os dados coletados. Assim, entendemos que a imersão feita nas páginas do jornal *O Arquidiocesano* para esta pesquisa corresponde à nossa “refiguração” diante da leitura do veículo. O que altera-se é o mundo prefigurado dos leitores do jornal na década de 1960 para o nosso que, de modo distinto, nos vemos como leitores⁶ do jornal no final dos anos 2010.

Quando lemos “Brasil, de Rosário na mão, derrotou a ameaça comunista”, publicada em abril de 1964, o fazemos de um lugar que acredita que os eventos narrados pela matéria são um marco simbólico do início da ditadura militar no Brasil. Mais do que isso, o nosso imaginário, ao ler e escrever sobre *O Arquidiocesano*, já está atravessado por conceitos e eventos que suscitam a ideia de memórias, no plural, em disputa.

As disputas simbólicas envolvendo a memória dos acontecimentos que constituem o fenômeno denominado aqui de “golpe civil-militar de 1964” podem ser observadas a partir dessa própria nomeação. Enquanto trabalhamos com as ideias de autores como Carlos Fico sobre a existência de um *golpe* orquestrado pelas elites econômicas e conservadoras junto a setores do Exército brasileiro para interromper o mandato de João Goulart por interesse e manipulação dos EUA; forças antagônicas a essas, desde os tempos de *O Arquidiocesano*, defendem o argumento de uma *Revolução* pacífica que derrotou a ameaça comunista no Brasil.

No mundo prefigurado de quem tece esta narrativa, vimos nos jornais o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) — o ministro Dias Toffoli — aplicar um tom revisionista e, no lugar do termo golpe, aplicar a sentença “movimento de 1964”. Vimos também um deputado federal, eleito pelo estado do Rio de Janeiro, homenagear um torturador da ditadura durante um voto de processo de impeachment de Presidência

6 A mediação simbólica que faz um jornal católico sobre acontecimentos políticos da década de 1960 aos seus assinantes e leitores em uma lógica de periodicidade semanal é abissalmente diferente da mediação simbólica promovida por seus textos a pesquisadores que consideram as páginas físicas do jornal como documentos históricos, acessadas em arquivos e acervos (e não nas bancas de jornal, por exemplo).

da República, no qual a presidenta a ser retirada havia sido vítima das atrocidades desse torturador. Três anos depois, esse deputado é eleito Presidente da República Federativa do Brasil. Tais exemplos servem para ilustrar o cenário de disputas da memória sobre o golpe de 1964 que permeia o contexto de produção destes enunciados. Eles reforçam que o acionamento da memória do golpe feito a partir dos textos publicados em *O Arquidiocesano* é impulsionado por uma disputa travada no presente.

Se, no início deste artigo, apontamos para a necessidade de incluir a participação de outros setores civis na tomada de poder de 1 de abril de 1964, o presente faz com que reforçemos a própria ideia de golpe, já que a destituição da presidência da república e o fechamento do Congresso Nacional se deram com o apoio das elites conservadoras e em retaliação às reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

De que lado estamos. Ao contarmos as nossas descobertas sobre a intriga de 1964 no jornal *O Arquidiocesano*, o fazemos por meio de uma narrativa. Assim, o nosso texto promove uma mediação simbólica entre o mundo prefigurado no qual nós autores estamos inseridos e o mundo a ser refigurado a partir dos leitores dessa obra. Essa narrativa, no entanto, não é ingênua e é a materialização de uma argumentação por meio de um texto — neste caso, por meio de um artigo acadêmico.

Isso propicia que deixemos alguns rastros de nossas defesas também nos caracteres escolhidos para compor estas páginas. Nem sempre intencionais, decidimos, por fim, evidenciar um dos vestígios sobre nossas escolhas que deixamos transparecer de propósito. O primeiro deles é quanto à denominação do evento. Antecipando à disputa sobre os termos “golpe militar”, “golpe civil-militar” ou “Revolução”, estacionamos nosso argumento no termo “golpe” grafado com letra minúscula. Trata-se de uma escolha pois defendemos que golpes que vertiginem a democracia (como os de 1964 e 2016, por exemplo) não mereçam qualquer reconhecimento e exaltação. Vemos que suas demais denominações (civil, empresarial, midiático, etc.), todavia, são importantes, inclusive para responsabilizarmos todos os envolvidos no processo.

Outros rastros como o citado podem ser percebidos ao longo da leitura do nosso artigo e esperamos que essa informação sirva de gatilho para que este trabalho seja *relido* por olhos mais atentos.

ANEXOS



Anexo 1: Página 2 da edição 240, de 19 de abril de 1964, do jornal O Arquidiocesano

REFERÊNCIAS

BIAGI, O. L. **O imaginário da Guerra Fria**. Rev Hist Reg. 2001;6:61-111.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTTA, Luiz G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Unb, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomos I, II e III. SP: Martins Fontes, 2012.

SILVA DOS REIS, Carla Darlem. **O poder das “forças terríveis”: a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964**. BOLETIM HISTORIAR, n. 15, 2016.